



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

Lei nº 822/2015, de 09 de Junho de 2015

Dispõe sobre o limite máximo ao pagamento de Requisição de Pequeno Valor no âmbito da Fazenda Pública Municipal de Capela, estado de Alagoas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capela/AL, no uso de suas atribuições legais, encaminha projeto de lei que dispõe sobre:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Considera-se, para efeitos de denominação de pagamento por requisição com caráter de Requisição de Pequeno Valor - RPV, o montante não superior a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por cada, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, nos termos do artigo 100, parágrafos 3º e 4º, da Constituição Federal, em que figure o Município de Capela como pólo passivo.

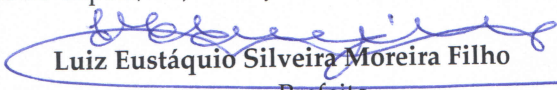
Parágrafo Único. Em havendo pluralidade de Requisição de Pequeno Valor - RPV, a Lei Orçamentária Municipal determinará o montante anual a ser destinado ao pagamento das respectivas decisões judiciais.

Art. 2º. Sendo superior ao valor descrito no caput do artigo anterior, o referido pagamento obedecerá às regras da modalidade denominada Precatório, respeitando o disposto no artigo 100 e seu parágrafo primeiro da Constituição Federal Brasileira.

Art. 3º. Ressalvado o limite máximo de isenção regido por lei, serão recolhidos aos cofres públicos desta municipalidade os produtos de arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte pagos mediante título judicial exequível, obedecendo as regras do Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999 e dos artigos 157, inciso I e 158, inciso I, da Constituição Federal Brasileira.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capela/AL, 09 de Junho de 2015.


Luiz Eustáquio Silveira Moreira Filho

Prefeito

Certifico que o presente Lei foi Publicado no Mural afixado no átrio da Prefeitura Municipal de CAPELA/AL, situada na Rua Pedro Paulino, 334, Centro, Capela, Alagoas, para conhecimento dos munícipes, conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

Em 09 de maio de 2015.


José Cicero Toledo Acioli
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula 02413